

3. As propostas deverão ter curso na aba Ofpub/Ofdealer do Selic, opção "Lançamento" do submenu "Operações Compromissadas".

4. O resultado será apurado pelo critério de percentual único, acatando-se todas as propostas com percentual igual ou inferior ao percentual máximo aceito pelo Banco Central do Brasil, o qual será aplicado a todas as propostas vencedoras.

5. A instituição com proposta aceita deverá informar ao Demab, até as 16:00 horas de 27/2/2024, o vencimento e o valor financeiro de cada um dos títulos objeto de sua compra, utilizando o módulo "Lastru" do Selic.

6. O preço unitário da revenda será calculado com a seguinte fórmula:

$n = m$

$PU_{revenda} = PU_{venda} \times P \{[(fk - 1) \times S/100] + 1\} - CJ1 \times P \{[(fk - 1) \times$

$k=1 \quad k=1$

q

$S/100] + 1\} - CJ2 \times P \{[(fk - 1) \times S/100] + 1\}$

$k=1$

em que:

I - PUrevenda corresponde ao preço unitário de revenda do título ao Banco Central do Brasil na data do compromisso, arredondado na oitava casa decimal;

II - PUvenda corresponde ao preço unitário de venda do título pelo Banco Central do Brasil, conforme definido no primeiro parágrafo, inciso III;

III - f corresponde ao fator diário da taxa Selic, divulgado pelo Banco Central do Brasil, relativo ao k-ésimo dia útil;

IV - S corresponde ao percentual definido no quarto parágrafo;

V - n corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de liquidação da venda, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VI - CJ1 corresponde ao primeiro cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

VII - m corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VIII - CJ2 corresponde ao segundo cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

IX - q corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do segundo cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive; e

X - P corresponde ao produtivo.

7. Não havendo pagamento de cupom de juros durante a vigência do compromisso, os valores "CJ1" e "CJ2" contidos na fórmula definida no sexto parágrafo serão iguais a zero.

8. As operações de que tratam este Comunicado devem ser registradas no Selic sob o código 1047.

ANDRÉ DE OLIVEIRA AMANTE
Chefe

Controladoria-Geral da União

SECRETARIA EXECUTIVA

DIRETORIA DE GESTÃO CORPORATIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E DOCUMENTAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2024 - UASG 370003

Nº Processo: 00190.101418/2024-29.

Pregão Nº 7/2023. Contratante: COORD-GERAL DE LICITACAO,CONTR.E DOCUMENTACAO. Contratado: 09.370.244/0001-30 - DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA. Objeto: Contratação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra nas categorias de assistente administrativo, carregador e motorista a serem executados na sede da controladoria-geral da união, nas condições estabelecidas no termo de referência..

Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 28 - Inciso: I. Vigência: 29/02/2024 a 01/03/2025. Valor Total: R\$ 1.112.908,44. Data de Assinatura: 27/02/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 27/02/2024).

Ministério Público da União

ESCOLA SUPERIOR

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024 - UASG 200234

Nº Processo: 2449/2023-59. Objeto: O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de chaveiro, compreendendo o fornecimento, instalação e conserto de chaves e fechaduras, com emprego de mão de obra, para atender às necessidades da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e da Procuradoria da República no Distrito Federal (PRDF). Total de Itens Licitados: 39. Edital: 28/02/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. L-2 Sul - Q. 603, Lote 22 - Sala 103, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/200234-5-90001-2024>. Entrega das Propostas: a partir de 28/02/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 12/03/2024 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

FLAVIA ESTEFANIA BORGES TEGOSHI
Chefe da Clce e Pregoeira

(SIASGnet - 27/02/2024) 200234-00001-2024NE000001

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratantes: União Federal por intermédio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS Processo: 19.04.3218.0003979/2024-32. Objeto: Contratação de 30 vagas para participação de membros e servidores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT na capacitação "Curso de Aperfeiçoamento em Processo Administrativo", na modalidade telepresencial, no período de 5 de março a 18 de abril de 2024. Valor total: R\$ 7.044,00 (sete mil e quarenta e quatro reais). Fundamento Legal: Inexigibilidade de Licitação, art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21. Autoridade Superior: CLAUDIA MARIA RAMOS - Secretária-Geral Adjunta do MPDFT, em 26/2/2024.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Secretaria-Geral

Espécie: Ata de Registro Preços nº 007/2024. Processo nº 19.04.4565.0043197/2023-69. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: SANET COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI, CNPJ: 11.329.948/0001-01. Objeto: Registro de Preços, pelo prazo de até 12 (doze) meses, para eventual fornecimento de eadset (item 10), de acordo com as condições e as especificações do edital. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 66/2023. Vigência: 27/02/2024 até 26/02/2025. Valor: R\$ 215.000,00. Emitente UG/GESTÃO 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: CLAUDIA BRAGA TOMELIN, Secretária-Geral; CONTRATADA: ELIABIO AMARO DO NASCIMENTO, Diretor Executivo. Data de assinatura MPDFT: 27/02/2024. Data de assinatura CONTRATADA: 20/02/2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 02/2024. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa EDERSON WILLIAN TEIXEIRA LTDA. CNPJ: 13.537.193/0001-66. Objeto: Execução de serviços de pintura externa e interna e pequenos reparos dos prédios do complexo da Procuradoria-Geral da República e de seus Anexos, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Modalidade: Pregão nº 33/2023. Valor total: R\$ 1.299.000,00. Vigência: 08/02/2024 a 07/08/2025. Data de Assinatura: 08/02/2024. Signatários: pelo Contratante, DIALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração; e pela Contratada, o Senhor EDERSON WILLIAN TEIXEIRA. Processo MPF/PGR: 1.00.000.005677/2023-83.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 04/2024. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa GLÁGIO DO BRASIL PROTEÇÃO BALÍSTICA LTDA. CNPJ: 6.260.415/0001-02. Objeto: Aquisição de 50 (cinquenta) pares de placas balísticas do tipo "Stand Alone" (conjunto frontal e dorsal) nível III especial, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Institucional (SSIN) do Ministério Público Federal (MPF). Modalidade: Pregão nº 32/2023. Valor total: R\$ 375.000,00. Vigência: 09/02/2024 a 08/02/2025. Data de Assinatura: 09/02/2024. Signatários: pelo Contratante, DIALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração; e pela Contratada, o Senhor LUIZ PAULO RIBEIRO LOPES. Processo MPF/PGR: 1.00.000.005765/2023-85.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2023

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2023, referente à contratação de empresa para prestação de serviços de apoio administrativo nas dependências da Procuradoria da República no Distrito Federal (PR/DF), que entre si celebraram a União por meio da PR/DF e a empresa GREEN HOUSE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. Objeto: Alteração quantitativa do Contrato nº 04/2023. Data de Assinatura: 27/02/2024. Valor: R\$ 1.713.122,04 (um milhão, setecentos e treze mil, cento e vinte e dois reais e quatro centavos). Vigência: de 01/03/2024 a 31/08/2024. Fundamento Legal: Art. 65 da Lei n. 8.666, de 21/06/1993. Processo: 1.16.000.003469/2023-80. Signatários: pela Contratante, Israel Pereira Coelho, Secretário Estadual; e, pela Contratada, Sr. Leandro Santos de Sá, representante legal.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2020 - Prestação de serviços de Clipping Jornalístico Online. Processo: nº1.13.000.000206/2024-10. Contratante: União, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Amazonas. Contratada: SUPERNOVA SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA. CNPJ: 10.585.499/0001-08. Objeto: a) Prorrogar a vigência do contrato por mais 12 meses; b) Alterar o valor do Contrato. Valor anual estimado: R\$48.462,75 (quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinco centavos). Vigência: 20/04/2024 a 19/04/2025. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 02/2020. Data de Assinatura: 21/02/2024. Assinaturas: Sra. Flávia Manarte Hanna, Secretária Estadual da PR/AM, pela Contratante e Sra. Mônica Pereira da Silva representante legal da empresa, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 4º Aditivo ao Contrato nº 06/2023. Contratantes: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Ceará, e a empresa Protemaxi Segurança Patrimonial Armada Eireli. Objeto: Repactuação dos preços contratados em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato nº 06/2023, art. 12 do Decreto nº 5.907/18, e art. 3º, caput, e § 1º, da Lei nº 10.192/01. Vigência: 01/01/2024 a 15/02/2025. Valor Mensal: R\$ 149.073,30. Data da Assinatura: 27/02/2023. Assinam: Cícero Erivelthon Gomes de Melo, Secretário Estadual da PR/CE, pela Contratante; e Paulo César Baltazar Viana Filho, Representante Legal, pela Contratada. Processo: 1.15.000.002238/2022-13.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República em Mato Grosso e a Faculdade Anhanguera De Ciências Jurídicas, Gerenciais e Educação de Sinop - Fis. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complemento ao conhecimento teórico adquirido na Instituição de Ensino. Vigência: 03 anos. Data e assinatura: 23/02/2024. Ricardo Pael Ardenghi - Procurador-Chefe da PR/MT e Aloisio João Biserra - Diretor Geral da FIS. Processo Administrativo 1.20.000.000122/2024-33.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República em Mato Grosso e a Faculdade Anhanguera De Ciências Sociais Aplicadas De Sinop - FACISAS. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complemento ao conhecimento teórico adquirido na Instituição de Ensino. Vigência: 03 anos. Data e assinatura: 23/02/2024. Ricardo Pael Ardenghi - Procurador-Chefe da PR/MT e Aloisio João Biserra - Diretor Geral da FACISAS. Processo Administrativo 1.20.000.000122/2024-33.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0016-99, com sede na Avenida Brasil, nº 1877/1879, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG e a FACULDADE IBMEC, neste ato denominado(a) IBMEC, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.298.309/0008-37, sediado(a) na Rua Rio Grande do Norte, nº 300, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG - CEP: 30.130-131, mantida pela IBMEC EDUCACIONAL LTDA. Objeto: Proporcionar aos alunos regularmente matriculados a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio do Ministério Público da União, preparando-os para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 (três) anos. Data e assinatura: 26/02/2024. (Exmo. Sr. CARLOS HENRIQUE DUMONT SILVA, Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, e a Sra. JULIANA ROSA BARBOSA MARTINS BORGES, Administradora da Faculdade IBMEC).

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0016-99, com sede na Avenida Brasil, nº 1877/1879, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG e o INSTITUTO CULTURAL NEWTON PAIVA FERREIRA LTDA neste ato denominado(a) CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA - NEWTON PAIVA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 16.521.155/0001-03, sediado(a) na Marechal Foch, nº 15, Grajaú, Belo Horizonte/MG, CEP: 30431-189, mantido pelo INSTITUTO CULTURAL NEWTON PAIVA FERREIRA LTDA. Objeto: Proporcionar aos alunos regularmente matriculados a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio do Ministério Público da União, preparando-os para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 (três) anos. Data e assinatura: 26/02/2024. (Exmo. Sr. CARLOS HENRIQUE DUMONT SILVA, Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, e a Sra. RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA, Supervisora de Práticas Clínicas e Estágios do Centro Universitário Newton Paiva).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do segundo termo aditivo ao contrato nº 11/2022 de prestação de serviços técnicos continuados de manutenção preventiva e corretiva, conservação e assistência técnica em 01 (um) elevador SCHINDLER, instalado na sede da Procuradoria da República no Município de Uberlândia, que fazem entre si a União, por intermédio da Procuradoria da República em Minas Gerais e a empresa ELEVAR COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE ELEVADORES LTDA-ME. Objeto: prorrogação do contrato por mais doze meses, contados de 04/04/2024, e a inclusão da Cláusula que trata Da Proteção de Dados Pessoais à redação do contrato original. Data da Assinatura: 26/02/2024. Assinam: Esther Silva Barbosa, Secretária Regional, e, pelo Contratante, Silvanio Lopes da Silva, Representante Legal.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

RETIFICAÇÃO

No 1º termo aditivo ao contrato nº 26/2021, publicado no DOU, seção 3, nº 39, pág. 181, de 27 de fevereiro de 2024, onde se lê 03.746.938/0013-89, leia-se 03.746.938/0013-87.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 16/2024. CONVÊNIO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO. Partícipes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, e FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE OURINHOS (FAESO), mantida pela SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA. Objeto: Cooperação Técnica, Operacional e Científica por meio de atividades acadêmicas desenvolvidas por aluno ou grupo de estudos que versem a respeito de questões de atribuição do Ministério Público Federal, proporcionando a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 23/02/2024 a 22/02/2027. Data de assinatura: 23/02/2024. Assinam: Renata Quenca Bassan, Diretora-Geral da Instituição de Ensino; e Elisa Brito Silva, Secretária Estadual da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 17/2024. CONVÊNIO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO. Partícipes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, e a UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS (UNISANTOS) - CAMPUS DOM IDÍLIO JOSÉ SOARES, mantida pela SOCIEDADE VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. Objeto: Cooperação Técnica, Operacional e Científica por meio de atividades acadêmicas desenvolvidas por aluno ou grupo de estudos que versem a respeito de questões de atribuição do Ministério Público Federal, proporcionando a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 23/02/2024 a 22/02/2027. Data de assinatura: 23/02/2024. Assinam: Marcos Medina Leite, Reitor da Instituição de Ensino; e Elisa Brito Silva, Secretária Estadual da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024

O pregoeiro da Procuradoria da República em Sergipe torna público, para conhecimento dos interessados, que o objeto do Pregão Eletrônico nº 90002/2024 foi adjudicado às empresas J BRILHANTE COMERCIAL LTDA, CNPJ 06.910.908/0001-19 (grupo 1), R & A VARIEDADES MERCANTIL LTDA, CNPJ 43.202.375/0001-47 (grupo 2), MACHADO ARMARINHOS LTDA - EPP, CNPJ 24.174.062/0001-88 (itens 7 e 9) e SUL BRASIL ATACADISTA LIMITADA, CNPJ 27.245.852/0001-03 (item 8), pelo valor total de R\$ 77.918,40 (setenta e sete mil, novecentos e dezoito reais e quarenta centavos).

Aracaju, 27 de fevereiro de 2024.
PEDRO MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR
Pregoeiro da PR/SE

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR
SECRETARIA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio celebrado entre o Ministério Público Militar e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS. Objeto: Estágio de Estudantes de Nível Superior. Vigência: 27/02/2024 a 26/02/2027, podendo ser prorrogado por igual período. Assinam: Eliomar Vieira das Neves, Diretor-Geral, pelo MPM e Raquel Araujo Bernardon, Vice-Presidente, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 22/2020-MPM. Processo nº: 19.03.0000.0009646/2021-50. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: SILVANA DA CONCEIÇÃO KAMPA EPP. CNPJ: 04.260.727/0001-89. Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato de prestação de serviço de manutenção de áreas verdes a serem realizados na Procuradoria de Justiça Militar em Curitiba/PR. Vigência: 4/5/2024 a 3/5/2025. Data de assinatura: 26/2/2024. Assinam: Rubens Pereira Prado, Diretor-Geral, Substituto, pelo MPM, e Silvana da Conceição Kampa, pela contratada.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: PGEA 20.02.0100.0001728/2023-68 - Contrato nº 4/2024. Objeto: contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados para manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado, modelos janela e splits hi-wall, incluindo os materiais e equipamentos necessários à manutenção, para atender à Sede, Anexo I e Procuradorias do Trabalho nos Municípios que fazem parte da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região. Contratante: Ministério Público do Trabalho / PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO, CNPJ nº 26.989.715/0032-09. Contratada: ETHICUSS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TECNOLOGIA EIRELI., CNPJ nº 17.067.116/0001-40. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 16/2023. Fundamento legal: artigo 95, da Lei nº 14.133/2021. Elemento de Despesa: 3.3.90.39-16 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica / Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Notas de Empenho nº 2024NE000170 (Sede - Anexo I), 2024NE000172 (PTM Cabo Frio), 2024NE000174 (PTM Niterói), 2024NE000175 (PTM Nova Friburgo), 2024NE000176 (PTM Nova Iguaçu), 2024NE000177 (PTM Petrópolis) e 2024NE000178 (PTM Volta Redonda), de 19/2/2024. Valor Global: R\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais). Prazo de Vigência: 21/2/2024 a 21/2/2026. Data da Assinatura: 20/2/2024. Signatários: Dr. Flávio Goulart Villela, Procurador-Chefe, pela CONTRATANTE, e o Sr. Flávio Rodrigues de Souza, Sócio Proprietário, pela CONTRATADA.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2023

A Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região torna público que o Excelentíssimo Senhor Procurador-Chefe, em 5/2/2024, homologou o resultado do Pregão Eletrônico nº 16/2023, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados para manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, modelos janela e splits hi-wall, incluindo os materiais e equipamentos necessários à manutenção, para atender à Sede, Anexo I e Procuradorias do Trabalho nos Municípios que fazem parte da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo adjudicado à empresa vencedora ETHICUSS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TECNOLOGIA EIRELI., CNPJ nº 17.067.116/0001-40, com o valor global de R\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais).

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2024
CRISTINA LOPES DE SOUZA
Pregoeira

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº05/2018

Convenientes: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, por intermédio da PRT DA 2ª REGIÃO e a UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, com a intervenção do INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 3 (três) anos. Data da assinatura: 26/02/2024. Prorrogação até 02/03/2027. Vera Lucia Carlos, Procuradora-Chefe, Max Filipe Silva Gonçalves, Coordenador de Gerenciamento e Atendimento Acadêmico.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

UASG 200036

Processo nº 20.02.0300.0002137/2023-90. Contratante: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO - MG, CNPJ: 26.989.715/0034-70. NOTIFICA A EMPRESA PETROMAR COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. (SIDNEI JACK LOPES CAMPOS), CNPJ: 19.236.321/0001-18. Finalidade: notificar a interessada, que se encontra em lugar incerto e não sabido, acerca da NOTIFICAÇÃO em processo de responsabilidade. Informamos que houve descumprimentos legais e contratuais por parte da empresa PETROMAR COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA., conforme apontado pela Seção de Licitações e Contratos, na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 10/2023 - Doc. nº 1299.2023, em razão de não ter apresentado proposta atualizada e documentos de habilitação exigidos no referido certame, o que, em tese, configuraria infrações administrativas sujeitas às sanções legais. A solicitação de acesso ao processo, bem como documentos, constitui direito da empresa e deverá ser apresentado pelo proprietário ou por representante legal com procuração, encaminhando solicitações e documentos de defesa nos autos ou pelo e-mail prt03.diretorregional@mp.br no prazo de 7 dias, nos termos do disposto no § 6º do artigo 44 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

ROSÂNGELA DIAS RIBEIRO TEIXEIRA
Pregoeira PRT 3ª

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

Convenientes: Ministério Público do Trabalho, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região e a Editora e Distribuidora Educacional S/A (Faculdade Anhanguera de Divinópolis); Objeto: concessão de estágio de ensino superior; vigência: 3 anos; Signatários: Alessandro Batista Beraldo - Procurador Coordenador da PTM Divinópolis e Débora Elisa Marinho de Oliveira - representante da Faculdade Anhanguera de Divinópolis. Assinatura: 26/02/2024.



PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2024

Processo: MPT PGEA 20.02.1500.0000347/2022-62. Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região. Contratada: SAMMI SANEAMENTO MAO DE OBRA E HIGIENIZACAO LTDA., CNPJ nº 03.206.234/0001-88. Espécie: Contrato nº 04/2024. Objeto: Contratação remanescente de prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização, em consequência de rescisão unilateral do Contrato 04/2022, nos termos do inciso XI do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, respectivamente, para a Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, pelo valor global de R\$ 342.326,40. Nota de empenho: 2024NE000144, emitida em 19/02/2024. Fundamento Legal: Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002, Decretos nºs 9.507/18, 3.555/00 e 10.024/19. Pregão Eletrônico nº 2/2022. Assinatura: 23/02/2024. Vigência: pelo período remanescente de 01/03/2024 a 05/06/2024. Assinam pela Contratante: Dra. Alvimari Cassillo Tebet, Procuradora-Chefe, e pela Contratada: Bruno Galvão Caldas.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO

PGEA: 20.02.1900.0000478/2023-28; COVENIENTES: União Federal/MPT/PRT/19ª Região, CNPJ nº 26.989.715/0067-39, e Editora e Distribuidora Educacional S/A - Faculdade de Ciências Jurídicas Anhanguera de Arapiraca, CNPJ nº 38.733.648/0001-40; OBJETO: Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na Instituição de Ensino, a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio do Ministério Público da União; VIGÊNCIA: 23/02/2024 a 22/02/2027; DATA DE ASSINATURA: 23/02/2024; SIGNATÁRIOS: Dr. Rafael Gazzané Júnior, pela PRT/19ª Região e Sr. Gustavo Alves Pires, pela Faculdade de Ciências Jurídicas Anhanguera de Arapiraca.

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.640/2022

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO NO 1640/2022 celebrado entre o Ministério Público da União e CRISTIANE NEVES PORTUGAL Objeto: prestação de serviços odontológicos discriminados na sua proposta. Processo: 1.29.000.003029/2022-93. Vigência: 11/10/2022 a 10/10/2027. Assinaturas: Flávia Silva Azevedo, Diretora do Plan-Assiste/MPU, pelo Credenciante, Cristiane Neves Portugal pelo Credenciado.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2.347/2023

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO NO 2347/2023 celebrado entre o Ministério Público da União e SIMONE DA SILVA MAIZMAN Objeto: prestação de serviços odontológicos discriminados na sua proposta. Processo: 1.29.000.005771/2023-14. Vigência: 26/01/2024 a 25/01/2029. Assinaturas: Sonia Marcia Fernandes Amaral e Herbert Dutra da Silva, Diretores do Plan-Assiste/MPU, pelo Credenciante, Simone da Silva Maizman pelo Credenciado.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2.401/2023

Termo de Credenciamento nº 2401/2023, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO UNIÃO e CETAP - CENTRO ESPECIALIZADO NO TRATAMENTO DO ASSOALHO PELVICO LTDA, Objeto: Prestação de Serviços PARAMÉDICOS. Processo: 0.03.000.018747/2023-15 - Vigência: 16/02/2024 até 15/02/2029. Assinatura: pelos Credenciantes SANDRA CRISTINA DE ARAUJO - Diretora Executiva Adjunta, HERBERT DUTRA DA SILVA - Diretor Administrativo e pelo Credenciado LUCIOLA FRANCO DUARTE.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2.469/2024

Termo de Credenciamento nº 2469/2024, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a REVELAÇÃO IMAGENS ORAIS LTDA, CNPJ: 04.069.367/0002-01, para prestação de Serviços Odontológicos. PGEA: 0.03.000.013588/2023-54. Vigência: 26/02/2024 a 25/02/2029. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado MARISA NAGATA (Sócia).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2.470/2024

Termo de Credenciamento nº 2470/2024, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o CENTRO ODONTOLÓGICO MIRRANDA LTDA, CNPJ: 02.574.101/0001-00, para prestação de Serviços Odontológicos. PGEA: 0.03.000.011552/2023-36. Vigência: 27/02/2024 a 26/02/2029. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado LARISSA SILVA e VASCONCELOS (Sócia).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 62/2024

Termo de Credenciamento nº 62/2024, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a BR ODONTOLOGIA LTDA, CNPJ: 50.205.971/0001-46, para prestação de Serviços Odontológicos. PGEA: 0.03.000.001832/2024-17. Vigência: 23/02/2024 a 22/02/2029. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado BRUNO GUIMARÃES AMARAL (Sócio).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 66/2024

Termo de Credenciamento nº 66/2024, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a CRIS QUIRINO STUDIO ODONTOLÓGICO LTDA, CNPJ: 46.905.278/0001-09, para prestação de Serviços Odontológicos. PGEA: 0.03.000.004494/2024-75. Vigência: 26/02/2024 a 25/02/2029. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado CRISTIANE QUIRINO DO NASCIMENTO (Sócia).

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 240/2024-TCU/SEPROC, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024

Secretaria de Apoio à Gestão de Processos
TC 024.622/2020-6

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO JOÃO NELSON PEREIRA MAGALHÃES, CPF: 371.363.212-04, do Acórdão 5915/2023-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro Walton Alencar Rodrigues, Sessão de 27/6/2023, proferido no processo TC 024.622/2020-6, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres do Tesouro Nacional valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 21/2/2024: R\$ 788.951,55. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 200.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento do débito e da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (SePROC) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES

Chefe de Serviço

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 242/2024-TCU/SEPROC, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024

Secretaria de Apoio à Gestão de Processos
TC 013.906/2021-6

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO EDNILSON LUIZ FAITTA, CPF: 600.395.319-53, do Acórdão 5557/2023-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Vital do Rêgo, Sessão de 4/7/2023, ratificado por inexistido material pelo Acórdão 8681/2023-TCU-Segunda Câmara, de mesma relatoria, sessão 22/8/2023, proferidos no processo TC 013.906/2021-6, por meio dos quais o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres do Tesouro Nacional valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 21/2/2024: R\$ 4.732.160,40; em solidariedade com a responsável Base Dupla Serviços e Construções Civil Eireli - CNPJ: 04.568.575/0001-66. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 230.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento do débito e da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (SePROC) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES

Chefe de Serviço

EDITAL DE CITAÇÃO, Nº 196/2024-TCU/SEPROC, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024

Processo TC 012.777/2021-8

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO JORGE ABISSAMRA, CPF: 027.491.428-06, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto às ocorrências descritas a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5) os valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, da Lei 8.443/1992), abatendo-se o montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 9/2/2024: R\$ 10.017.829,68; em solidariedade com os responsáveis: Acir Fillo dos Santos (CPF: 125.302.698-07); José Izidoro Neto (CPF: 061.455.938-30) e José Carlos Fernandes Chacon (CPF: 448.139.028-04).

O débito decorre das seguintes irregularidades: 1 - ausência de funcionalidade do objeto do Contrato de Repasse 0222672-18/2007 (Siafi 621872), sem aproveitamento útil da parcela executada, por motivo de inexecução parcial, referente à "Etapa 1 - Construção de 188 Unidades Habitacionais no conjunto Baxmann II", e inexecução do Trabalho Técnico Social - TTS. 2 - ausência de funcionalidade de serviços integrantes do objeto do Contrato de Repasse 0222672-18/2007 (Siafi 621872), sem aproveitamento útil da parcela executada, por motivo de inexecução parcial, no que tange à pavimentação, integrante da Etapa 2 - Canalização do córrego Três Pontes, urbanização, pavimentação e tratamento paisagístico das áreas lineares; e à canalização do córrego Cocho Bandeirantes, integrante da Etapa 4 - Canalização dos córregos Tanquinho, Ribeirão Itaim, Santo Antônio e Cocho Bandeirantes, urbanização, pavimentação e tratamento paisagístico das áreas lineares. Normas infringidas: Art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 93, do Decreto-lei 200/1967; art. 66, do Decreto 93.872/1986; cláusula terceira, item 3.2, alínea "a" do Termo do Contrato de Repasse.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento dos débitos atualizados e acrescidos de juros de mora (art. 19 da Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 9/2/2024: R\$ 12.102.936,20; b) imputação de multa (arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, da Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por

